

Juul avaliou lançar “vape de baixo custo” no Brasil e vendê-lo em botecos e mercados de bairro

 ojoieotrigo.com.br/2024/09/juul-avaliou-lancar-vape-de-baixo-custo-no-brasil-e-vende-lo-em-botecos-e-mercados-de-bairro

Pedro Nakamura

23 de setembro de 2024

Fabricante norte-americana recebeu dicas de como entrar no mercado nacional de executivos da indústria do tabaco brasileira e estimava que cigarros eletrônicos seriam liberados por aqui até 2024, mostram relatórios internos da empresa

A fabricante norte-americana de cigarros eletrônicos Juul estudou lançar “vapes de baixo custo” no Brasil e vendê-los em botecos e pequenos comércios de bairro, considerados locais em que normas antifumo “geralmente não são aplicadas”, mostram documentos da companhia obtidos pela Truth Tobacco Industry Documents (TTID), da Universidade da Califórnia, e revisados pelo **Joio**.

Os relatórios mostram que o país era “prioridade” nos projetos de expansão mundial da empresa, que estimou um público potencial de mais de 18 milhões de pessoas e um mercado de até 540 milhões de dólares para vapes só no Brasil, quase um terço do que era projetado para a América Latina inteira. Para isso, a Juul avaliava o lançamento de um vape barato, que pudesse equivaler a um maço inteiro de cigarros e custasse R\$ 35 no varejo, com opções de refis a R\$ 8, segundo a análise da reportagem.

No entanto, o projeto se frustrou após a empresa se tornar alvo de dezenas de ações judiciais nos EUA por ter promovido seus produtos a adolescentes, impulsionando o tabagismo e complicações pulmonares entre jovens norte-americanos. No início deste ano, quase 4 milhões de e-mails e relatórios internos foram entregues à TTID como parte dos acordos que a Juul fez para encerrar os processos, além de pagar ao menos 462 milhões de dólares em indenizações.

O repositório completo da Universidade da Califórnia pode ser consultado aqui. A partir desse arquivo, revisamos cerca de 40 documentos que mostram os interesses da Juul no consumidor brasileiro.

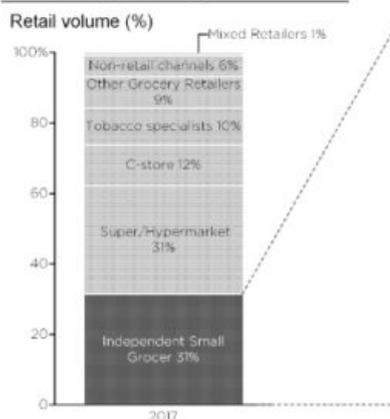
Um deles, intitulado “Um mergulho profundo no Brasil”, indica que pequenos comércios como bares e mercadinhos seriam importantes para a distribuição de vapes no país, já que poucos cumprem restrições comerciais obrigatórias, como não vender cigarros avulsos ou só exibir maços à venda no interior das lojas, longe de doces e guloseimas. Esse tipo de restrição, em comparação, deixa a compra “mais onerosa” em supermercados e grandes redes brasileiras, diz o levantamento.

Botecos represent the biggest market proportion in Brazil



BRAZIL PURCHASE

~31% of cigarettes sell through small, independent grocers



Botecos are abundant in Brazil

Independent small grocers, usually called *botecos*, are densely located throughout the entire country

There are more than ~400K *botecos*, which vary in formats and sizes

Rural stores like these will often sell single cigarettes, since this law is often not enforced

"Botecos are ubiquitous: people go there to eat, or buy small items, and buy cigarettes; given cigarettes' display location at the cashier, they are sometimes impulse purchases made out of convenience."

Executive, Tobacco Co

Examples



CONFIDENTIAL Source: Euromonitor, Industry participant interviews

49

CONFIDENTIAL TREATMENT REQUESTED
HIGHLY CONFIDENTIAL
NC-JLI-Consent Judgment

Source: <https://www.industrydocuments.ucsf.edu/docs/nnpm0311>

JLIFTC01116626
JLI10798357

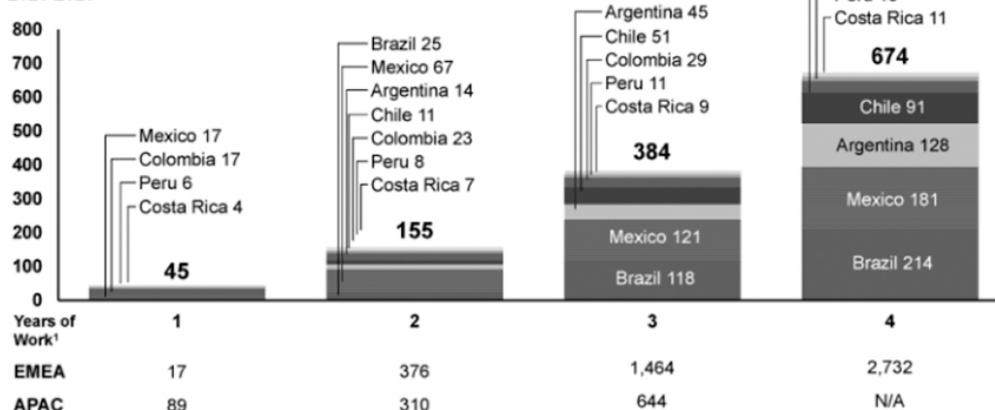
"Botecos são abundantes no Brasil", constata documento da Juul, que estima que esse tipo de comércio é responsável por aproximadamente 31% dos cigarros vendidos no país

"Botecos são onipresentes; as pessoas vão lá para comer, ou comprar pequenos itens, e comprar cigarros; dado o local de exposição desses cigarros nos caixas, eles às vezes impulsionam compras por conveniência", explicou um executivo da indústria do tabaco brasileira consultado pela Juul e mantido anônimo no estudo. No total, esses pequenos comércios e bares geram 31% das vendas de cigarros no país, segundo o relatório.

Como dispositivos eletrônicos para fumar, os DEFs, são proibidos no Brasil desde 2009 por decisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa, os estudos da fabricante incluíram também consultas a ex-executivos da Philip Morris e da BAT, a antiga Souza Cruz, sobre o futuro regulatório do país. Na época, eles disseram que a agência se recusava a conversar com o setor, mas que a expectativa era de uma liberação em até cinco anos – ou seja, 2024. Já a Juul era mais otimista: apostava na legalização para 2021 e projetava 214 milhões de dólares em receitas no país até 2023.

JUUL's net revenue projected at \$675M in base case four years after market launch

JUUL LatAm Base Case Net Revenue Build, 2020-2023



Sources: Euromonitor, JUUL Commercial Strategy, JUUL EMEA, JUUL APAC

Note: Year 1 definitions: EMEA, 2018; APAC, 2019; LATAM, 2020

Assumptions: 70% JUUL market share in year one post-launch; 75% share every year thereafter; JUUL revenue breakdown 20% BKs / 80% RKs; JUUL Revenue = (Vapor Market Size * JUUL Share * List Price) / MSRP

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL TREATMENT REQUESTED
HIGHLY CONFIDENTIAL
NC-JLI-Consent Judgment

Source: <https://www.industrydocuments.ucsf.edu/docs/nnpm0311>

JLIFTC01116583
JLI10798314

Propose launching in three medium-sized, lower-risk markets in LatAm in near-term; as larger markets open, the vapor category is projected to reach \$1.7B in 5 years

	Wave 1 H2 2019		Wave 2 2020		Wave 3 2021			Total
	Colombia	Peru	Mexico	Costa Rica	Brazil	Argentina	Chile	
# Smokers (M) ¹	4.2	2.5	16.4	0.5	18.5	7.4	4.3	53.8
% Pop. that smokes ¹	12%	12%	19%	13%	12%	23%	31%	16%
Tobacco market size (2018, M) ¹	\$760	\$310	\$3,700	\$226	\$7,500	\$5,700	\$2,500	\$21,000
Vapor Market Potential (2023, M) ²	\$91	\$34	\$444	\$28	\$540	\$314	\$225	\$1,677
Cig Price (20-pack) ³	\$1.61	\$3.71	\$2.44	\$3.45	\$2.34	\$1.86	\$5.27	\$2.55
Regulatory Status ⁴	☑	☑	☐	☑	☐	☐	☐	☐

Sources: 1) Euromonitor; 2) Euromonitor, JUUL New Market Development 3) Number (price of Marlboro); 4) Local legal counsel – regulatory environment evolving

CONFIDENTIAL

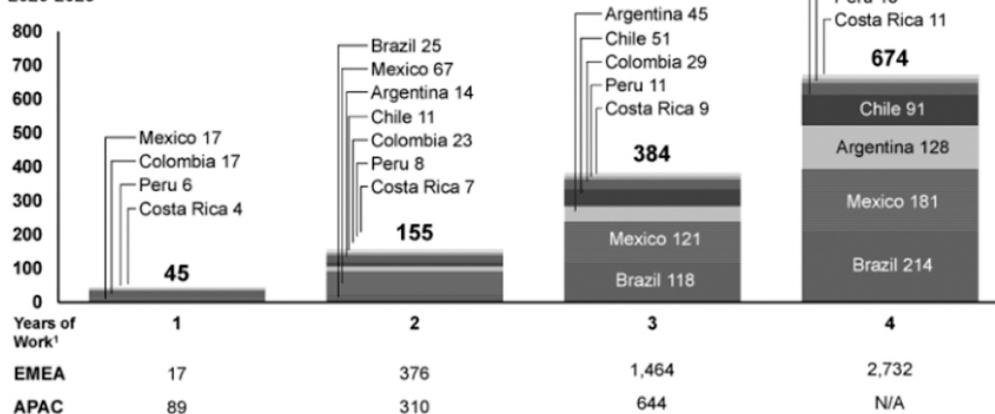
CONFIDENTIAL TREATMENT REQUESTED
HIGHLY CONFIDENTIAL
NC-JLI-Consent Judgment

Source: <https://www.industrydocuments.ucsf.edu/docs/nnpm0311>

JLIFTC01116582
JLI10798313

JUUL's net revenue projected at \$675M in base case four years after market launch

JUUL LatAm Base Case Net Revenue Build, 2020-2023



Sources: Euromonitor, JUUL Commercial Strategy, JUUL EMEA, JUUL APAC

Note: Year 1 definitions: EMEA, 2018; APAC, 2019; LATAM, 2020

Assumptions: 70% JUUL market share in year one post-launch; 75% share every year thereafter; JUUL revenue breakdown 20% BKs / 80% RKs; JUUL Revenue = (Vapor Market Size * JUUL Share * List Price) / MSRP

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL TREATMENT REQUESTED
HIGHLY CONFIDENTIAL
NC-JLI-Consent Judgment

Source: <https://www.industrydocuments.ucsf.edu/docs/nnpm0311>

JLIFTC01116583
JLI10798314

Propose launching in three medium-sized, lower-risk markets in LatAm in near-term; as larger markets open, the vapor category is projected to reach \$1.7B in 5 years

	Wave 1 H2 2019		Wave 2 2020		Wave 3 2021			Total
	Colombia	Peru	Mexico	Costa Rica	Brazil	Argentina	Chile	
# Smokers (M) ¹	4.2	2.5	16.4	0.5	18.5	7.4	4.3	53.8
% Pop. that smokes ¹	12%	12%	19%	13%	12%	23%	31%	16%
Tobacco market size (2018, M) ¹	\$760	\$310	\$3,700	\$226	\$7,500	\$5,700	\$2,500	\$21,000
Vapor Market Potential (2023, M) ²	\$91	\$34	\$444	\$28	\$540	\$314	\$225	\$1,677
Cig Price (20-pack) ³	\$1.61	\$3.71	\$2.44	\$3.45	\$2.34	\$1.86	\$5.27	\$2.55
Regulatory Status ⁴	☑	☑	☐	☑	☐	☐	☐	☐

Sources: 1) Euromonitor; 2) Euromonitor, JUUL New Market Development 3) Number (price of Marlboro); 4) Local legal counsel – regulatory environment evolving

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL TREATMENT REQUESTED
HIGHLY CONFIDENTIAL
NC-JLI-Consent Judgment

Source: <https://www.industrydocuments.ucsf.edu/docs/nnpm0311>

JLIFTC01116582
JLI10798313

“O Brasil geralmente segue o Canadá em termos de regulação; lá, há lojas de vapes e eles querem regulamentar mais; o Brasil possivelmente está a quatro ou cinco anos de distância”, disse um ex-executivo da BAT, que produz cigarros como Dunhill e Lucky Strike, num relatório da Juul de 2019.

Hoje, a fabricante de cigarros é uma das principais apoiadoras de um projeto de lei (PL) da senadora Soraya Thronicke, do Podemos do Mato Grosso do Sul, que tenta legalizar cigarros eletrônicos no país. Enquanto isso, o próprio Canadá precisou criar novas restrições aos produtos e investir milhões para conter o avanço de uma epidemia de vaping entre jovens. Em 2022, a Vuse, marca de vapes da BAT nos EUA, era a segunda mais popular entre estudantes de ensino médio norte-americanos, atrás somente da chinesa Puff Bar.

Ao **Joio**, a Juul disse que “não vende seus produtos no Brasil ou em qualquer mercado que proíbe a venda de cigarros eletrônicos”. Na época, a empresa planejava sua expansão internacional após ter tido 35% de suas ações compradas pela Altria, a empresa-mãe da Philip Morris, que fabrica marcas como Marlboro e L&M. A subsidiária brasileira da fumageira afirmou à reportagem “que não mantém qualquer relação comercial com a empresa Juul”.

Influencers primeiro, vapes baratos depois

Esses estudos integravam um plano confidencial chamado “Project Ernest”, cuja ideia era estudar os hábitos de consumidores em “mercados importantes” para se lançar novos vapes globalmente. Uma das prioridades envolvia México, Nigéria e Filipinas, além do Brasil. O planejamento foi contratado junto à multinacional de consultoria corporativa Bain e contou com a participação do escritório da empresa em São Paulo.

Procurada pelo **Joio**, a Bain afirmou que “não comenta trabalhos desenvolvidos para seus clientes, que ocorrem sob políticas de confidencialidade, e esclarece que sua atuação é restrita ao planejamento e execução de projetos estratégicos”.

A meta do projeto era promover os DEFs como uma alternativa mais segura ao cigarro tradicional e com foco em tabagistas, mas sem vendê-lo como um vape comum, o que poderia afastar consumidores mais conservadores, geralmente homens. “Uma comunidade vaper já existe e os fumantes podem não sentir que se encaixam nesta cultura”, disse o então diretor de produto da fabricante, Nihar Shah, em um email de 18 de dezembro de 2018, uma das primeiras discussões sobre o Ernest.

A estratégia de apresentar cigarros eletrônicos como produtos de “redução de danos” para auxiliar pessoas a pararem de fumar tem guiado o lobby do setor pela liberação, mas sem que existam evidências sólidas sobre benefícios à saúde pública na medida. Na prática, em países como Canadá, EUA e Reino Unido, a liberação facilitou o avanço do tabagismo, e não sua redução, ainda que esses governos defendam que vapes sejam uma opção menos prejudicial para fumantes.

“Quando há legalização, o que nós vemos é que a explosão de uso não é entre quem quer parar de fumar, e sim entre os jovens que não usavam nenhum produto anteriormente”, explica a enfermeira Stella Bialous, professora da Universidade da Califórnia, que hospeda o arquivo da Juul via TTID. “É gente que não usava nicotina nenhuma e começa a vapear”, diz.

Nos e-mails, Shah considerou que, enquanto um vape de baixo custo não fosse lançado, “produtos [da Juul] já disponíveis podem penetrar nas classes médias e altas, atraindo influencers e primeiros interessados criando *momentum* e aceitação social” em países emergentes.

“Nesses mercados, precisaremos de uma forte estratégia de redes sociais”, disse o diretor da Juul, que considerou que as versões baratas de vapes só ganhariam tração após haver “confiança popular no produto”. “Em nossas entrevistas [com consumidores], *reviews* do YouTube e posts no Facebook foram citados como a melhor fonte de conhecimento para cigarros e vaping”, afirmou Shah.

Em casos como o brasileiro, o preço é essencial para a entrada no mercado porque há mais tabagistas entre pessoas com menor renda e sem educação formal, mostraram os estudos contratados pela empresa.

Segundo o último documento disponível a respeito do projeto Ernest no arquivo do TTID, de abril de 2019, as últimas estimativas de preço da Juul para países como o Brasil incluíam o lançamento de vapes com custo entre 8,24 e 12,38 dólares, valores que corrigidos pela inflação e câmbio ficariam entre R\$ 56 e R\$ 84.

Hoje, cigarros eletrônicos vendidos no Paraguai e contrabandeados ao país já superam facilmente essas margens. Na fronteira, um vape descartável de 15 mil tragadas da Ignite, uma das marcas mais populares, sai por 7,5 dólares, ou R\$ 40.

Assine nossa newsletter Sexta Básica e receba nossas investigações direto no seu email

‘Brasil – bom exemplo do que queremos evitar’

Uma expansão para o Brasil, no entanto, já estava no radar da Juul antes mesmo do projeto Ernest. Os arquivos indicam o forte interesse do público brasileiro nos cigarros eletrônicos da Juul, o que justificava o apetite da empresa pelo mercado nacional. Em setembro de 2017, o país foi listado como tendo a maior quantidade de produtos da empresa sendo vendidos irregularmente na internet, a maioria deles por meio do Mercado Livre.

Só em agosto daquele ano, foram 6,1 mil violações identificadas na plataforma no Brasil contra 1,4 mil no eBay norte-americano, o segundo lugar no ranking. Além disso, dos cinco principais contrabandistas online de vapes da Juul mapeados, três eram brasileiros, mostra o relatório da empresa.

Essa preocupação não impediu a fabricante de cigarros eletrônicos de negociar com contrabandistas para tentar emplacar seus produtos por aqui. Em janeiro de 2017, uma loja catarinense chamada VapoKings contatou a Juul por e-mail. Estava interessada em vender vaporizadores de ervas da Pax, uma das marcas de DEFs da empresa, apesar deles serem “proibidos pela Secretaria de Saúde”, dizia a mensagem.

A empresa norte-americana sabia que o vaporizador era proibido no país. No ano anterior, em 2016, os arquivos do TTID indicam que a Juul tentou registrar o Pax junto à Anvisa e teve seu pedido rejeitado – a agência não confirmou a existência do pedido de registro ao **Joio**. No entanto, ainda assim, a marca foi receptiva à VapoKings dizendo que seu “time de *compliance*” achava “que a importação não deveria ser um problema para o Brasil”.

O negócio, no entanto, não foi adiante porque a loja de vapes não estava disposta a firmar nenhum contrato para se tornar uma distribuidora oficial da Pax no país e propôs apenas a importação de quantidades pequenas.

O interesse da Juul no mercado brasileiro, no entanto, não diminuiu nos anos seguintes. Em agosto de 2018, por exemplo, um dos executivos da empresa, Ben Schwartz, enviou um e-mail com o título “Brasil – bom exemplo do que queremos evitar” para seus colegas, Riaz Valani e Daniel Cruise, investidores na fabricante de vapes.

From: Daniel Cruise on behalf of Daniel Cruise <dcruise@juul.com>
To: Ben Schwartz
CC: Riaz Valani
Sent: 6/8/2018 5:06:32 AM
Subject: Re: Brazil - good example of what we want to avoid

Added to the ever growing list....

On Jun 8, 2018, at 2:23 AM, Ben Schwartz <bschwartz@gacapital.com> wrote:

Brazil's tobacco control experts united against legalising vaping

Written by || 7th June 2018 || [Regulatory briefing](#) |

E-cigarettes will not be legalised in Brazil any time soon, according to a government science panel.

Members of the National Commission for the Implementation of the Framework Convention on Tobacco Control (FCTC) told a meeting in Brasilia that the government should continue to ban vapour products.

The meeting in the Brazilian capital brought together officers from non-governmental agencies including the Agency for Health Surveillance (ANVISA), the National Cancer Institute (INCA), the Brazilian Medical Association (ABM) and the FCTC Secretariat to discuss the legal status of vaping.

They concluded that there was still not enough scientific evidence that e-cigarettes expose users to fewer dangerous substances than conventional cigarettes. In the opinion of the National Commission, the lack of consistent, trustworthy data about e-cigarettes was reason to treat them with caution.

"While we cannot affirm that e-cigarettes are better than conventional ones, we will not recommend it as a reduced-risk tobacco product, neither for smoking cessation, nor for other treatments," said ABM representative Stella Martins.

She said legalising devices which have been [banned in Brazil since 2009](#) would compromise the credibility of ANVISA as a regulatory agency committed to public health.

'A product we don't understand'

For Martins, allowing domestic sale of e-cigarettes would suggest they were risk-free and ANVISA could not convince the population of the risks presented by e-cigarettes if they were legalised.

"We are protecting the population from a product we do not really understand," she said. "We still don't know whether it is good or bad."

INCA's view is that legalising e-cigarettes would represent a step back from the achievements of the National Program for Tobacco Control, which has operated across all Brazilian states since 1989.

INCA's representative Valéria Cunha said: "According to the health ministry, from 2006 to 2016 the number of smokers in Brazil decreased 35% due to our treatments. When it comes to smoking cessation, e-cigarettes and HnB [heat-not-burn] products do not do the job: right now, there are vapers who are having treatment to quit e-cigarettes. We do not need new products whose efficacy is not proved, but a wider treatment system."

Others at the meeting said that while reducing tobacco uptake among teenagers remains a major challenge in Brazil, the legalisation of e-cigarettes could compromise efforts to address the issue.

Tânia Cavalcante, executive secretary of Brazil's National Commission, said: "Brazil has already banned the advertising of tobacco products, the additives, the 'light' descriptors, but 19% of 13- to 15-year-olds still try cigarettes. This is a very high number. And this group is the most likely to be seduced by the idea of e-cigarettes."

What This Means: Again the spectre of youth appeal raises its head and threatens e-cigarette regulatory acceptance. Beyond that it appears that Brazil is one of the many countries taking an all-or-nothing approach to nicotine rather than one based on reducing risks.

The news, while disappointing for supporters of e-cigarettes, is hardly unexpected in any country that closely follows

CONFIDENTIAL

NC-JLI-Consent Judgment Source: <https://www.industrydocuments.ucsf.edu/docs/qyly0286>

JLI05338405

A mensagem comentava um "briefing regulatório" que incluía a notícia de um encontro em junho daquele ano entre a Anvisa, o Instituto Nacional do Câncer e a Associação Médica Brasileira onde uma possível liberação de cigarros eletrônicos foi discutida e rechaçada pelos especialistas. Na ocasião, os experts destacaram a falta de evidências confiáveis sobre possíveis benefícios no uso desses produtos em iniciativas de "redução de danos" ou "cessação de tabagismo", dois dos pilares do marketing da Juul.

“O Brasil é um dos muitos países adotando uma abordagem ‘tudo ou nada’ à nicotina no lugar de uma baseada na redução de riscos”, resumiu o *briefing* da Juul, compartilhado entre os executivos. “A notícia, apesar de desapontadora para apoiadores de cigarros eletrônicos, não é inesperada em um país que segue de perto as orientações da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, da OMS, ratificada em 2005”, concluiu o texto.

“Há uma lógica de redução de danos em remédios via oral ou de reposição de nicotina, enquanto o vape, pelo contrário, você vê gente fumando mil, cinco mil puffs (tragadas) ao dia”, critica a médica psiquiatra Carolina Costa, vice-presidente da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas. “Gente que dorme com um vape debaixo do travesseiro e se assusta porque usou durante o sono e não se lembra, ou seja, é altamente causador de dependência e não salva seu pulmão.”